



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAREMA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

008. PROVA OBJETIVA

FISCAL TRIBUTÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões 01 e 02.

Minduim – Charles M. Schulz



(M. Schulz, "Minduim Charles". <https://cultura.estadao.com.br/quadrinhos>. 21.07.2026)

01. De acordo com o garoto, se sua amiga ficasse doente por causa de Charlie Brown, aquilo seria

- (A) imprescindível.
- (B) relevante.
- (C) engraçado.
- (D) infrutífero.
- (E) ofensivo.

02. Em conformidade com a norma-padrão de flexão verbal e de emprego de pronome, a frase do 2º quadrinho admite a seguinte reescrita:

- (A) Bem, caso você fica doente também, isso não vai ajudar-lhe.
- (B) Bem, caso você fique doente também, isso não vai ajudá-lo.
- (C) Bem, caso você fica doente também, isso não vai ajudar ele.
- (D) Bem, caso você fique doente também, isso não vai ajudar-o.
- (E) Bem, caso você ficar doente também, isso não vai ajudar-lhe.

Ideia Perigosa

O Brasil não gosta de ideias que ameacem seu *status quo* social, especialmente a divisão da população entre um “andar de cima”, formado pela elite rica, e um “andar de baixo”, composto pelo povão. A única ideia ousada foi a abolição da escravidão sem indenização aos proprietários. Depois de 350 anos, cerca de 800 mil escravizados foram soltos, mas temia-se que a agricultura não funcionaria sem o trabalho escravo e que a elite perderia seus serviços negros.

Ainda assim, foi uma ousadia contida: foram soltos, mas não foram libertados, porque não receberam o “mapa” para caminhar – um pedaço de terra e uma escola. Um século e meio depois, o temor continua: não se fez reforma agrária nem se implantou um sistema educacional de qualidade para os descendentes sociais dos escravizados. Os ousados abolicionistas que defenderam a libertação não ousaram incluir mais um artigo na Lei Áurea: “Fica implantado um Sistema Único Nacional Público de Educação em todo o território nacional, onde estudarão, nas mesmas escolas, os filhos de escravizados e os filhos de seus ex-escravocratas”.

Desde então, o Brasil até mesmo adiou ideias moderadamente ousadas: o direito a férias remuneradas para trabalhadores só foi outorgado em 1925; a primeira universidade, 1922; a criação de um Ministério da Educação, 1930; a instituição do salário-mínimo, 1936; o décimo terceiro salário, 1962; o piso salarial para professores e a obrigatoriedade de vaga a partir dos quatro anos, em 2008; e vaga até o final do ensino médio, em 2009.

Eram ideias relativamente modestas e, ainda assim, temidas, que demoraram a ser adotadas. Por isso, quase na metade do século 21, nenhum partido propõe a criação de um sistema nacional público único de educação básica, com a mesma qualidade, no qual estudem os filhos da elite e os filhos do povão, independentemente da renda e do endereço. No mundo contemporâneo, são defendidas, corretamente, políticas de cotas para ingresso no ensino superior, mas não se avança na defesa de um sistema educacional capaz de torná-las desnecessárias. Tem-se o humanismo dos emancipacionistas, sem a perigosa ousadia dos abolicionistas. Temem-se os efeitos de uma ideia perigosa.

Perigosa para o resto do mundo, pois o Brasil se tornaria uma das cinco maiores economias globais ao mobilizar o potencial intelectual de seus 200 milhões de habitantes, com a produtividade decorrente de educação de alta qualidade. Em 1888, tiramos as algemas das mãos e, nos anos 1930, dos pés; falta tirar as algemas dos cérebros, o que não ocorre por falta de uma escola de qualidade máxima para todos. A democratização do uso dos pés em quadras de clubes futebolísticos nos fez uma potência futebolística; a inclusão de todos os cérebros bem formados nos fará uma potência científica, tecnológica e econômica.

No entanto, essa ideia perigosa representaria o grande salto do Brasil: completaria a abolição inacabada, elevaria a produtividade, aumentaria e distribuiria melhor a renda nacional conforme o talento e o esforço, dinamizaria a cultura, promoveria maior equidade social, pacificaria a sociedade, consolidaria a democracia e poderia transformar um país periférico em protagonista no cenário global – na economia, na ciência, na tecnologia, na cultura e na diplomacia.

(Cristovam Buarque.

[03. De acordo com o autor, a ideia perigosa consiste em o país](https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio, 15.04.2026. Adaptado)</p></div><div data-bbox=)

- (A) ofertar ensino de qualidade para potencializar intelectualmente a sua população.
- (B) suspender a democratização da potência futebolística para dar vez à potência intelectual.
- (C) ultrajar as potências intelectuais contemporâneas para poder erigir com protagonismo.
- (D) querer desistir de oferecer vagas aos estudantes universitários por meio das cotas.
- (E) negar o passado para crescer na economia, na ciência, na tecnologia, na cultura e na diplomacia.

04. Segundo o autor, as ideias moderadamente ousadas demoram para ser adotadas. Para justificar esse ponto de vista, o argumento apresentado é

- (A) o aumento da produtividade com a consequente melhoria da renda nacional.
- (B) a percepção do país como uma potência científica, tecnológica e econômica.
- (C) a inexistência de um sistema nacional público único de educação básica.
- (D) o incremento no potencial intelectual com efeito no avanço da produtividade.
- (E) a revisão contínua das adversidades históricas, prejudiciais ao progresso.

05. As informações do último parágrafo permitem concluir corretamente que ele assume um tom

- (A) eufórico, enfatizando a superioridade do país no cenário mundial, apesar de suas mazelas há muito conhecidas.
- (B) crítico, condenando a hipótese de o país enveredar pela ideia perigosa, o que comprometeria seu protagonismo.
- (C) preditivo, acenando para uma transformação social que ratificaria a posição do país como protagonista mundial.
- (D) negativo, reconhecendo a incapacidade de mudanças sociais e econômicas do país no médio e longo prazo.
- (E) hipotético, sugerindo a consecução da ideia perigosa como forma de o país ascender no cenário mundial.

06. Assinale a alternativa em que o termo destacado está empregado em sentido próprio.

- (A) ... mas não foram libertados, porque não receberam o “**mapa**” para caminhar... (2º parágrafo)
- (B) ... são defendidas, corretamente, políticas de cotas para **ingresso** no ensino superior... (4º parágrafo)
- (C) ... tiramos as algemas das mãos e, nos anos 1930, dos pés; falta tirar as **algemas** dos cérebros... (5º parágrafo)
- (D) ... a inclusão de todos os **cérebros** bem formados nos fará uma potência científica... (5º parágrafo)
- (E) ... consolidaria a democracia e poderia transformar um país periférico em **protagonista**... (6º parágrafo)

07. Considere as passagens:

- Os ousados abolicionistas que defenderam a libertação não **ousaram** incluir mais um artigo na Lei Áurea... (2º parágrafo)
- Desde então, o Brasil até mesmo **adiou** ideias moderadamente ousadas... (3º parágrafo)
- No mundo contemporâneo, **são defendidas**, corretamente, políticas de cotas para ingresso no ensino superior... (4º parágrafo)
- ... promoveria maior **equidade** social... (6º parágrafo)

Em conformidade com o sentido do texto e com a norma-padrão, as expressões destacadas podem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) se interessaram em ... avançou em ... se atua em prol de ... justiça
- (B) decidiram-se por ... abdicou de ... se obrigam ... parcialidade
- (C) se atreveram a ... protelou ... advoga-se a favor de ... igualdade
- (D) arriscaram-se em ... apartou-se de ... preservam-se ... isenção
- (E) se aventuraram para ... postergou ... se tolhem ... empatia

08. Sem prejuízo ao sentido original e em conformidade com a norma-padrão de pontuação, a passagem “Ainda assim, foi uma ousadia contida: foram soltos, mas não foram libertados, porque não receberam o ‘mapa’ para caminhar...” (2º parágrafo) admite a seguinte reescrita:

- (A) Foi ainda assim, uma ousadia contida. Foram soltos, portanto não foram libertados, pois não receberam o “mapa” para caminhar...
- (B) Foi, ainda assim, uma ousadia contida, pois foram soltos, porém não foram libertados, uma vez que não receberam o “mapa” para caminhar...
- (C) Foi, ainda assim uma ousadia contida dado que foram soltos, embora não foram libertados, tanto que não receberam o “mapa” para caminhar...
- (D) Foi uma ousadia contida ainda assim, porquanto foram soltos, enquanto não foram libertados, ainda que não receberam o “mapa” para caminhar...
- (E) Foi uma ousadia contida, ainda assim! Já que foram soltos, e não foram libertados, quando não receberam o “mapa” para caminhar...

09. Na passagem “... não se avança na defesa de um sistema educacional capaz **de** torná-las desnecessárias.” (4º parágrafo), a preposição destacada será substituída por “a”, caso o adjetivo “capaz” seja substituído por:

- (A) interessado.
- (B) responsável.
- (C) suficiente.
- (D) empenhado.
- (E) apto.

10. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância verbal.

- (A) Já se tiraram as algemas das mãos e dos pés; é preciso tirá-las dos cérebros, o que não ocorre porque faltam escolas de qualidade para todos.
- (B) A oferta de educação de qualidade aos filhos da elite e aos filhos do povão deveriam ter sido uma ideia implantada logo após a Lei Áurea.
- (C) O uso dos pés em quadras de clubes futebolísticos e a inclusão de todos os cérebros brasileiros nos tornará uma potência em muitas áreas.
- (D) Passou-se 350 anos, cerca de 800 mil escravizados foram soltos, mas temia-se que a agricultura não funcionaria sem o trabalho escravo.
- (E) Não se fez até hoje reforma agrária nem se implantou para os descendentes sociais dos escravizados redes educacionais de qualidade.

Não façam isso!

Ao que consta, pretendem retirar a língua francesa do currículo escolar. Isso me faz lembrar de uma amiga minha que foi para a Alemanha apenas sabendo francês. Como eu lhe observasse que era pouco, ela retrucou:

– Não vale a pena conhecer alemães que não saibam francês.

Na verdade, o que devemos à França não é a cultura francesa, é a cultura universal. Toda obra, para universalizar-se, teria de passar pelos tradutores franceses. Se não fosse a França, o mundo ocidental teria perdido Dostoiévski. Imagina só o que teríamos quanto ao conhecimento da alma se não conhecêssemos Dostoiévski. Nada.

Ou quase nada, acrescento a tempo. Pois acabo de lembrar-me de Shakespeare.

A minha queixa, porém, é contra os americanos.

Já disse e repito que, se há males que vêm para bem, há bens que vêm para mal. Exemplo: os Estados Unidos ganharam a guerra. Resultado: o povo, em geral, só lê os best-sellers americanos que eles nos impingem.

São tão ruins que chego a desconfiar que sejam apenas literatura de exportação.

(Mario Quintana. *Da preguiça como método de trabalho*, 2013)

11. No que diz respeito à cultura, o autor defende que a França

- (A) elevou a excelência nessa área, razão pela qual os Estados Unidos a imitam.
- (B) avançou nessa área simplesmente por ter traduzido as obras de Dostoiévski.
- (C) tem relevância nessa área, mas sucumbe ao protagonismo de Shakespeare.
- (D) representa o protagonismo nessa área, como guardiã da cultura universal.
- (E) possui respeito nessa área, posto que seus tradutores sejam limitados.

12. Com a frase "... o povo, em geral, só lê os best-sellers americanos que eles nos impingem.", entende-se, corretamente, que os Estados Unidos

- (A) consideram a literatura um bem de consumo, e o autor considera a deles superior à da França.
- (B) reforçam a ideia de liberdade com a literatura, o que o autor do texto desaprova.
- (C) impõem um tipo específico de literatura ao povo, a qual desagrada ao autor do texto.
- (D) defendem a literatura de seu país como fazem os franceses, o que assusta o autor do texto.
- (E) reconhecem a limitação de sua literatura, ideia da qual o autor do texto discorda.

13. Considere as passagens:

- ... uma amiga minha que foi **para** a Alemanha... (1º parágrafo)
- **Como** eu lhe observasse que era pouco... (1º parágrafo)
- Toda obra, **para** universalizar-se... (3º parágrafo)
- ... chego a desconfiar que sejam apenas literatura **de** exportação. (7º parágrafo)

Os termos destacados estabelecem, correta e respectivamente, relações de sentido de:

- (A) destino; conformidade; causa; causa.
- (B) origem; comparação; causa; matéria.
- (C) finalidade; causa; finalidade; causa.
- (D) destino; causa; finalidade; finalidade.
- (E) finalidade; comparação; finalidade; modo.

14. Ao que consta, não pretendem mais dar _____ língua francesa espaço no currículo escolar. Isso me traz _____ memória uma amiga minha que foi para a Alemanha apenas sabendo francês. Como eu observasse _____ ela que era pouco, ela retrucou, dizendo _____ mim que não valeria a pena conhecer alemães que não soubessem francês.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) à ... à ... a ... a
- (B) a ... a ... à ... a
- (C) à ... a ... a ... à
- (D) a ... à ... à ... a
- (E) à ... à ... à ... à

15. Assinale a alternativa em que a regência verbal e a concordância nominal estão em conformidade com a norma-padrão.

- (A) Depois de lido vários best-sellers americanos, acho que eles aspiram o posto de literatura de exportação.
- (B) Eu não concordo da ideia de que haja menos espaços no currículo escolar para a cultura francesa.
- (C) O povo, de modo geral, anseia em ler os best-sellers americanos e esquece a cultura universal.
- (D) Há bastante razões para se admirar a cultura francesa, que nos permitiu conhecer Dostoiévski.
- (E) Quando me refiro à cultura universal, lembro-me das importantes contribuições dos franceses.

16. Em um concurso somente para os cargos P e Q, identificou-se que a razão entre o número de candidatos inscritos para fazer a prova do cargo P e o número de candidatos inscritos para fazer a prova do cargo Q podia ser representada pela fração $\frac{7}{5}$.

Se 2.500 candidatos estavam inscritos para fazer a prova do cargo Q e nenhum candidato faria a prova para os dois cargos, então é verdade que o número total de candidatos inscritos nesse concurso era igual a

- (A) 3.500.
- (B) 4.000.
- (C) 4.750.
- (D) 5.500.
- (E) 6.000.

17. Ana leciona nas turmas de 4º e 5º anos do período da manhã, em uma mesma escola, sendo que 140 alunos estão matriculados nas turmas do 4º ano e 84 alunos estão matriculados nas turmas do 5º ano.

Com todos esses alunos, Ana quer montar um número mínimo de grupos para a realização de uma atividade acadêmica, todos com a mesma quantidade de alunos, de forma que cada grupo tenha apenas alunos do mesmo ano letivo. Isso significa que o número de grupos do 4º ano excederá o número de grupos do 5º ano em

- (A) uma unidade.
- (B) duas unidades.
- (C) três unidades.
- (D) quatro unidades.
- (E) cinco unidades.

18. O formato externo de uma caixa de papelão é um paralelepípedo reto retangular.

O volume que essa caixa ocupa no espaço é 1.800 cm^3 e, tomando-se como base a face com arestas medindo 12 cm e 10 cm, a aresta que representará a altura da caixa terá medida igual a

- (A) 13 cm.
- (B) 14 cm.
- (C) 15 cm.
- (D) 16 cm.
- (E) 17 cm.

19. Com o dinheiro que Roberto tem, se ele comprar 3 unidades de um mesmo produto, sobrarão para ele R\$ 6,50. Com mais R\$ 8,00, Roberto teria a quantia exata para comprar 4 unidades desse produto.

Quem comprar 2 unidades desse produto pagará o total de

- (A) R\$ 29,00.
- (B) R\$ 30,00.
- (C) R\$ 31,00.
- (D) R\$ 32,00.
- (E) R\$ 33,00.

20. Conforme informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número total de matrículas efetuadas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, no município de Guararema, em 2025, foi igual a 5.146. Se, nesse mesmo ano, o número de matrículas efetuadas no Ensino Fundamental excedeu em 2.870 o número de matrículas efetuadas no Ensino Médio, e o número de escolas do Ensino Médio existentes no município era 9, então é correto afirmar que a alternativa que contém o valor mais próximo do número médio matrículas efetuadas no Ensino Médio, por escola, em 2025, em Guararema, é:

- (A) 126.
- (B) 121.
- (C) 116.
- (D) 111.
- (E) 106.

21. A tabela a seguir apresenta informações sobre a distribuição do número de escolas, nos municípios X e Y, em 2025, entre as variáveis Escolas Estaduais e Escolas Municipais:

Distribuição do número de escolas

	Município X	Município Y
Escolas Estaduais	40%	30%
Escolas Municipais	60%	70%

Com base nas informações apresentadas na tabela, assinale a alternativa que contém uma informação necessariamente verdadeira.

- (A) Os municípios X e Y têm a mesma quantidade de escolas.
- (B) No município X, o número de Escolas Municipais é 50% maior que o número de Escolas Estaduais.
- (C) A quantidade de Escolas Municipais no município X é o dobro da quantidade de Escolas Estaduais no município Y.
- (D) No município Y, o número de Escolas Estaduais corresponde a 30% do número de Escolas Municipais.
- (E) Em se tratando de Escolas Estaduais, o município X tem mais escolas do que o município Y.

22. Em um *site* de notícias, foi publicada uma reportagem, em 08.06.2026, com a seguinte chamada:

Faxina no TikTok derruba um vídeo proibido a cada 2 segundos no Brasil

(<https://www.metropoles.com/colunas/alfredo-henrique/faxina-no-tiktok-derruba-um-video-proibido-a-cada-2-segundos-no-brasil>)

Na reportagem, é informado que, em determinado período, foram derrubados 4,3 milhões de vídeos proibidos. Com base nessas informações, assinale a alternativa que contém o número que mais se aproxima do período de tempo, medido em número de dias, correspondente para derrubar os 4,3 milhões de vídeos.

- (A) 90.
- (B) 95.
- (C) 100.
- (D) 105.
- (E) 110.

23. Considere a seguinte informação apresentada em uma página eletrônica de notícias, em 31.07.2026.

O faturamento das cooperativas brasileiras alcançou R\$ 848 bilhões em 2025, crescimento de 12% em relação ao ano anterior [...].

(<https://economicnewsbrasil.com.br/2026/07/31/faturamento-das-cooperativas-2025/>)

Com base na informação apresentada, é correto afirmar que o faturamento das cooperativas brasileiras em 2024 foi um valor compreendido entre

- (A) R\$ 735 bilhões e R\$ 745 bilhões.
- (B) R\$ 745 bilhões e R\$ 755 bilhões.
- (C) R\$ 755 bilhões e R\$ 765 bilhões.
- (D) R\$ 765 bilhões e R\$ 775 bilhões.
- (E) R\$ 775 bilhões e R\$ 785 bilhões.

24. Três máquinas distintas P, Q e R funcionam ininterruptamente, com exceção de algumas pausas de curta duração para manutenção. A máquina P está programada para pausar a produção a cada 3 horas; a máquina Q, a cada 4 horas; e a máquina R, a cada 6 horas, de maneira que a contagem de tempo para as pausas é contínua, ou seja, o período de tempo em que as máquinas ficam paradas para a manutenção não influencia nessa contagem.

Exatamente às 18 horas de um domingo as três máquinas pausaram a produção e, nos demais dias da semana, fizeram as pausas de acordo com o programado. Isso significa que, até às 22 horas da sexta-feira seguinte, o número de vezes em que as três máquinas pausaram em um mesmo horário, inclusive naquele horário das 18 horas do domingo, foi igual a

- (A) 10.
- (B) 11.
- (C) 12.
- (D) 13.
- (E) 14.

25. A tabela identifica o número de alunos das turmas A, B e C de um 5º ano, em uma escola municipal:

5º Ano	
Turma	Número de alunos
A	28
B	30
C	32

Será necessário construir um gráfico de setores, também conhecido como gráfico de pizza, para representar a distribuição do número de alunos desse 5º ano. Nesse caso, o ângulo central do setor que representará a turma do 5º ano A deverá medir:

- (A) 110°
- (B) 112°
- (C) 114°
- (D) 116°
- (E) 118°
26. Um ângulo com medida de $34^\circ 12'$ foi dividido em 3 partes iguais. Cada parte ficou com medida igual a:
- (A) $11^\circ 67'$
- (B) $11^\circ 44'$
- (C) $11^\circ 37'$
- (D) $11^\circ 24'$
- (E) $11^\circ 04'$
27. Uma quadra de esportes tem piso retangular, com largura 5 m maior do que o comprimento.
- Se a área do piso dessa quadra é de 750 m^2 , seu perímetro é de
- (A) 80 m.
- (B) 90 m.
- (C) 100 m.
- (D) 110 m.
- (E) 120 m.

28. Em um triângulo retângulo, o maior lado mede 17 cm, e o menor lado mede 8 cm. A medida do terceiro lado desse triângulo é igual a
- (A) 11 cm.
 - (B) 12 cm.
 - (C) 13 cm.
 - (D) 14 cm.
 - (E) 15 cm.
29. Seis impressoras iguais, trabalhando ininterruptamente, ao mesmo tempo e no mesmo ritmo de impressão, imprimem um total de 32.400 páginas em 3 horas. Mantendo-se o ritmo de trabalho, é esperado que apenas 5 dessas impressoras imprimam 48.600 páginas em um período de tempo igual a
- (A) 3 horas e 45 minutos.
 - (B) 4 horas e 15 minutos.
 - (C) 5 horas e 04 minutos.
 - (D) 5 horas e 24 minutos.
 - (E) 5 horas e 40 minutos.
30. Um bairro de certo município tem 2 escolas municipais. Em uma delas, a média aritmética simples das idades dos 350 alunos matriculados é de 9,0 anos, ao passo que, na outra, a média aritmética simples das idades dos 450 alunos matriculados é de 10,0 anos.
- Considerando-se as duas escolas, é correto afirmar que a média aritmética simples das idades desse total de 800 alunos matriculados está entre
- (A) 9,4 anos e 9,5 anos.
 - (B) 9,5 anos e 9,6 anos.
 - (C) 9,6 anos e 9,7 anos.
 - (D) 9,7 anos e 9,8 anos.
 - (E) 9,8 anos e 9,9 anos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Considere que o auditor fiscal X lavrou auto de infração e constituiu crédito tributário relativo ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidente sobre serviços de veiculação de publicidade prestados, de forma remunerada, por empresa que não submeteu, à tributação municipal, as receitas decorrentes dessa atividade. Considere, ainda, que o lançamento tributário constitui ato vinculado.

Com base na situação hipotética e na teoria dos atos administrativos, é correto afirmar:

- (A) o ato é realizado a partir de um juízo de conveniência e oportunidade do auditor fiscal.
- (B) a exposição das razões de fato e de direito, que levaram à constituição de crédito, corresponde à motivação do ato.
- (C) o ato em questão pode ser revogado pela autoridade lançadora, a partir da constatação de que ele não atende o interesse público.
- (D) o ato, por ser vinculado, somente pode ser anulado pelo Poder Judiciário.
- (E) na condição de ato administrativo, o lançamento goza da presunção absoluta de veracidade e legitimidade.

32. Um auditor fiscal municipal, responsável pela fiscalização do ISSQN, foi incumbido de verificar o preenchimento dos requisitos necessários ao reconhecimento de imunidade tributária pretendida pela Associação X. Durante o procedimento, o dirigente da entidade ofereceu ao auditor o custeio integral de uma viagem de férias para sua irmã, condicionando a vantagem à omissão de determinadas diligências fiscais que poderiam comprometer o reconhecimento da imunidade. O auditor, ciente da finalidade da oferta, concordou com o ajuste e deixou deliberadamente de realizar as diligências.

Considerando a situação hipotética e o disposto na Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que

- (A) o auditor não praticou ato de improbidade administrativa, pois não obteve vantagem econômica para si, mas para terceiro.
- (B) os agentes responsáveis pela prática de atos, pela Associação, não respondem por improbidade administrativa, pois não se enquadram no conceito de agente público.
- (C) o auditor fiscal praticou ato enquadrado, na Lei, como ofensivo aos princípios da Administração Pública, ficando sujeito à suspensão dos direitos políticos por até doze anos.
- (D) o auditor fiscal praticou ato enquadrado como ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito, pois recebeu benefício indireto para não realizar as suas atribuições.
- (E) a conduta se enquadraria como improbidade administrativa, ainda que praticada a título culposo, e as penalidades não podem ser objeto de acordo ou transação.

33. A respeito do procedimento licitatório, com base na Lei nº 14.133/21, assinale a alternativa correta.

- (A) As licitações devem ser conduzidas por comissão de licitação, composta preferencialmente por servidores públicos estáveis, indicados pela autoridade máxima do respectivo órgão/entidade.
- (B) Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as condições previstas em lei.
- (C) As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma presencial, admitida a utilização da forma eletrônica, desde que motivada.
- (D) A contratação de serviços de tecnologia e de obras deve ser precedida de projeto básico e de projeto executivo.
- (E) O edital de licitação deverá contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, atribuindo-os à parte que detenha maior capacidade para evitar sua ocorrência.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

34. Considere que o Congresso Nacional esteja discutindo proposta de emenda à Constituição, apresentada por parlamentar, destinada a alterar o sistema constitucional de tributação do consumo, cujas disposições podem afetar a autonomia financeira dos entes federativos e afastar a observância do princípio da anterioridade tributária. Diante da proposta, o Secretário de Fazenda do Município X convoca auditor fiscal municipal para esclarecer dúvidas acerca dos limites materiais impostos ao poder de reforma da Constituição.

Com base na situação hipotética e na teoria das cláusulas pétreas, é correto afirmar que

- (A) o parlamentar tem legitimidade para propor emenda à Constituição, assim como o Presidente do Congresso Nacional e um terço dos governadores dos Estados.
- (B) a emenda será constitucional na parte em que afeta a autonomia financeira, caso considerado que não é tendente a abolir a forma federativa de Estado.
- (C) o princípio da anterioridade não integra o conjunto de cláusulas pétreas, pois a proteção constitucional se limita aos direitos e garantias individuais previstos no art. 5º da Constituição Federal.
- (D) a emenda constitucional é válida, pois a forma federativa de Estado não integra o conjunto de cláusulas pétreas.
- (E) a proposta de emenda constitucional corresponde a uma manifestação do poder constituinte originário, motivo pelo qual não se sujeita a limitações.

35. A Secretaria Municipal de Fazenda do Município X está passando por auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado, destinada a avaliar as rotinas adotadas pelas equipes de fiscalização tributária em diligências externas, incluindo a forma de comprovação das despesas realizadas, a economicidade dos gastos e a eficiência das diligências. Como é a primeira vez que a Secretaria é submetida a procedimento dessa natureza, Fábio questiona Mariana, fiscal tributária recém-empossada, acerca da competência do Tribunal de Contas para realizar esse tipo de fiscalização.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, Mariana poderá afirmar corretamente que o Tribunal de Contas do Estado

- (A) auxilia a Câmara Municipal no controle externo da Administração, mas não pode aplicar sanções diretamente aos servidores públicos municipais.
- (B) não tem competência para realizar a diligência, pois os municípios somente se sujeitam à fiscalização da Câmara Municipal.
- (C) pode avaliar a validade da conduta dos agentes públicos não apenas com base na legalidade dos atos administrativos, mas também da legitimidade e da economicidade.
- (D) pode fiscalizar e aplicar sanções contra os ordenadores de despesa, caso constate irregularidades, hipótese em que a decisão terá a natureza de título executivo judicial.
- (E) pode realizar a fiscalização, mas o município pode, no futuro, criar o seu próprio Tribunal de Contas.

36. A Constituição deve ser considerada como um todo uno, indivisível e harmônico e, dessa forma, interpretada. Por isso, cabe ao intérprete analisar a Constituição como um sistema em que todas as normas estão interligadas, buscando compatibilizar o seu conteúdo e evitar conflitos entre elas.

A ideia exposta no enunciado está diretamente relacionada ao princípio de interpretação constitucional da

- (A) unidade da Constituição.
- (B) máxima efetividade.
- (C) concordância prática.
- (D) conformidade funcional.
- (E) força normativa da Constituição.

37. De acordo com o princípio da transparência orçamentária, previsto na Constituição Federal,

- (A) o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- (B) a lei orçamentária anual compreenderá exclusivamente o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (C) a lei orçamentária anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
- (D) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais serão apreciados pelo Congresso Nacional e elaborados em consonância com o plano plurianual, com as leis de diretrizes orçamentárias e com os orçamentos anuais.
- (E) nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

38. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, acerca da receita pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Será admitida a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.
- (B) Não serão objeto de lançamento os impostos diretos ou quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.
- (C) O recolhimento de todas as receitas deverá observar estritamente o princípio da unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.
- (D) Os agentes da arrecadação tributária poderão fornecer recibos ou notas fiscais em duas vias das importâncias que arrecadarem.
- (E) Os impostos municipais poderão ser cobrados em cada exercício sem prévia autorização orçamentária.

39. Para efeitos da Lei Complementar nº 101/2000, considere-se dívida pública mobiliária:

- (A) compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- (B) emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária, juros e multa.
- (C) operações de crédito de prazo superior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.
- (D) compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título.
- (E) dívida representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e municípios.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE

40. Em julho de 2026, uma determinada entidade prestou serviços a terceiros no valor de R\$ 1.200.000, dos quais R\$ 850.000 foram recebidos no próprio período. No mesmo período, ocorreram despesas no montante de R\$ 480.000, relacionadas às atividades da entidade, das quais R\$ 400.000 foram pagas dentro do mês. Ainda em julho de 2026, a entidade recebeu de um cliente R\$ 300.000 a título de antecipação por serviços que serão integralmente prestados nos meses subsequentes a julho.

Considerando exclusivamente esses fatos, o resultado, de julho de 2026, apurado pelo regime de competência e a variação líquida de caixa decorrente dessas operações são, respectivamente, resultado positivo e aumento líquido de caixa:

- (A) R\$ 720 mil e R\$ 750 mil.
- (B) R\$ 1.020 mil e R\$ 750 mil.
- (C) R\$ 800 mil e R\$ 750 mil.
- (D) R\$ 720 mil e R\$ 450 mil.
- (E) R\$ 750 mil e R\$ 720 mil.

41. Ao final do período, uma entidade controla um direito contratual de R\$ 600 mil, decorrente de evento passado, cuja probabilidade de produzir benefícios econômicos é baixa. A entidade também possui obrigação presente de R\$ 450 mil, decorrente de evento passado, cuja probabilidade de transferência de recurso econômico é igualmente baixa.

Considerando apenas as definições de ativo e passivo, é correto afirmar que o direito

- (A) não pode atender à definição de ativo, mas a obrigação pode atender à definição de passivo, pois somente para os ativos se exige que a entrada de benefícios econômicos seja provável no período.
- (B) pode atender à definição de ativo, mas a obrigação não pode atender à definição de passivo, pois a transferência de recurso econômico deve ser provável para existir uma obrigação presente.
- (C) e a obrigação somente atendem às respectivas definições quando a probabilidade de entrada ou saída de recursos econômicos for superior à probabilidade de sua não ocorrência.
- (D) pode atender à definição de ativo e a obrigação pode atender à definição de passivo, pois a baixa probabilidade, isoladamente, não impede essa caracterização, embora possa afetar o reconhecimento e a mensuração.
- (E) e a obrigação não atendem às respectivas definições enquanto permanecer baixa a probabilidade dos fluxos econômicos, devendo ser considerados apenas após a redução dessa incerteza.

42. Uma sociedade empresária apresentou hipoteticamente o seguinte balancete de verificação ajustado, antes da apuração do resultado, em R\$ mil:

Conta	Saldo em Reais
Caixa	80
Clientes	140
Estoques	30
Imobilizado	350
Fornecedores	120
Empréstimos	80
Capital Social	260
Receita de Serviços	420
Receitas Financeiras	30
Despesas com Pessoal	220
Despesas Administrativas	70
Despesas Financeiras	20

Desconsiderando tributos sobre o lucro, participações e destinações, assinale a alternativa que apresenta o total do patrimônio líquido e o resultado do exercício, respectivamente, em reais:

- (A) 400 e 420.
- (B) 400 e 140.
- (C) 600 e 200.
- (D) 600 e 400.
- (E) 400 e 600.

43. Segundo a Constituição Federal, o imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e municípios será informado segundo princípio da neutralidade e atenderá, dentre outras exigências constitucionais, ao seguinte:

- (A) incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
- (B) não incidirá sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica.
- (C) será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do município de origem da operação.
- (D) incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- (E) deverá ter seu valor informado, de forma específica, no respectivo documento fiscal.

44. Assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

- (A) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.
- (B) O imposto sobre a propriedade territorial rural será fiscalizado e cobrado pelos municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- (C) A União poderá instituir, mediante lei ordinária, impostos não previstos na sua competência, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.
- (D) O imposto sobre propriedade de veículos automotores incidirá sobre a propriedade de aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.
- (E) Cabe a lei ordinária municipal fixar as alíquotas máximas e mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), bem como excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.

45. De acordo com o Código Tributário Nacional, a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos contados

- (A) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (B) da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- (C) da ocorrência do fato gerador tributário para os tributos lançados por homologação.
- (D) da data da sua constituição definitiva podendo ser interrompida pelo protesto judicial ou extrajudicial.
- (E) do primeiro dia seguinte à ocorrência do fato gerador tributário para os tributos lançados por declaração.

46. De acordo com a Lei Complementar nº 116/2003,

- (A) o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos municípios e do Distrito Federal, não incide sobre serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país.
- (B) os municípios e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário à terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.
- (C) o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos municípios e do Distrito Federal, não incide sobre os serviços prestados por meio da utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
- (D) no caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendador, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no país, e, no caso de arrendador não domiciliado no país, o tomador é o beneficiário do serviço no país.
- (E) o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos municípios e do Distrito Federal, incide sobre as exportações de serviços para o exterior do país e sobre a prestação de serviços em relação a emprego.

47. Considere que o representante da sociedade X, inscrita no Cadastro Fiscal Municipal, dirigiu-se ao setor de atendimento da Secretaria Municipal de Fazenda de Guararema/SP para questionar a constituição de crédito tributário relativo ao ISSQN. Segundo relatou, a sociedade foi surpreendida com a cobrança do crédito já em sede de execução fiscal, sem que lhe tivesse sido oportunizada a impugnação do lançamento. Ao verificar a origem da cobrança, o fiscal tributário constatou que a notificação do lançamento havia sido encaminhada por meio do Domicílio Tributário Eletrônico.

Com base na situação hipotética e no disposto no Código Tributário Municipal, o fiscal tributário poderá informar, corretamente, que

- (A) a notificação é válida, pois a utilização do Domicílio Tributário Eletrônico é obrigatória por todas as pessoas físicas e jurídicas inscritas no Cadastro Fiscal Municipal.
- (B) a notificação é inválida, pois deve ser realizada de maneira pessoal.
- (C) a notificação somente será válida se a sociedade tiver se cadastrado, voluntariamente, no Domicílio Tributário Eletrônico.
- (D) a notificação somente será válida se estiver certificado, no sistema, que o representante da sociedade confirmou a leitura.
- (E) o recebimento da notificação será inválido, caso comprovado que o contribuinte não acessa, de maneira regular, o sistema.

48. João é proprietário de três imóveis, dois destinados a uso pessoal e um explorado mediante locação. Após conversar com amigos e com seu contador, concluiu que, para fins de planejamento sucessório e tributário, seria conveniente constituir pessoa jurídica e integralizar os referidos imóveis ao seu capital social. A sociedade terá como sócios João, sua esposa e seus filhos.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Municipal nº 3.776/2025, a respeito da incidência do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), é correto afirmar que

- (A) o tributo não incide, pois a legislação municipal declara expressamente que não deve haver a cobrança de ITBI em qualquer integralização de imóvel no capital social de pessoa jurídica.
- (B) incide, independentemente da atividade econômica da sociedade.
- (C) incide, se a sua atividade preponderante for a compra e venda de bens e direitos imobiliários, a sua locação ou arrendamento mercantil.
- (D) não incide, pois a sociedade está sendo constituída e não há como se aferir a sua atividade econômica, antes do início de seu funcionamento efetivo.
- (E) incide, tendo por base de cálculo o valor histórico do bem, como declarado no imposto de renda do proprietário.

49. Dois advogados pretendem constituir sociedade para a prestação de serviços de assessoria jurídica no Município de Guararema. Diante da expectativa de faturamento expressivo, avaliam a possibilidade de enquadramento no regime fixo aplicável às sociedades uniprofissionais, previsto na Lei Municipal nº 3.774/25. Com o objetivo de definir o modelo de negócios a ser adotado e compreender seus efeitos sobre o enquadramento tributário, dirigem-se à Secretaria Municipal de Fazenda para obter esclarecimentos.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Municipal nº 3.774/25, o fiscal tributário responsável pelo atendimento informará corretamente que o enquadramento no regime tributário das sociedades uniprofissionais

- (A) pode ser realizado ainda que a sociedade possua estrutura empresarial, desde que os dois advogados sejam os únicos sócios da pessoa jurídica.
- (B) depende de a sociedade não possuir faturamento anual superior a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).
- (C) não afasta a obrigação de inscrição, emissão de NFS-e e cumprimento das obrigações acessórias.
- (D) depende de o serviço ser prestado de maneira pessoal pelos sócios, sendo vedada a contratação de profissionais com a mesma habilitação técnica.
- (E) não impede, posteriormente, o ingresso de pessoa jurídica no quadro social da sociedade ou a distribuição de resultados para não sócios.

50. A respeito do fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), nos termos da Lei Municipal nº 3.775/2025, assinale a alternativa correta.

- (A) O IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse, a qualquer título, de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na legislação civil, localizado na zona urbana ou de expansão urbana do Município de Guararema.
- (B) Considera-se ocorrido o fato gerador em 31 de dezembro de cada exercício, independentemente da data de aquisição, transferência ou registro do imóvel.
- (C) A incidência do tributo depende da legitimidade do título de propriedade, domínio útil ou posse do imóvel.
- (D) O IPTU incide sobre imóveis urbanos ou de expansão urbana, independentemente das atividades pessoais ou econômicas nele desenvolvidas, nos termos da legislação municipal.
- (E) O imposto incide sobre as construções concluídas, desde que precedido da expedição do "habite-se", do auto de conclusão de obra ou de outro ato administrativo equivalente.

